

PROGRAMA DE CONCURSO

Evento do Município de Viseu para Séniores – Arraial Minhoto, a fim de promover um Convívio, com Almoço, Lanche e Animação

Secção I

Cláusulas gerais

ARTIGO 1º

Objeto do concurso

- 1 - Concurso Público c/ a referência “PAQ. 14/2025 – EDOC/2025/6615 – “Evento do Município de Viseu para Séniores – Arraial Minhoto, a fim de promover um Convívio, com Almoço, Lanche e Animação” em conformidade com o estipulado no Caderno de Encargos.
- 2 – O concurso é aberto nos termos da alínea b) do nº 1 do art.º 20 do CCP na redação da Lei nº 30/2021 de 21/5, que regula o presente concurso.

ARTIGO 2º

Entidade Adjudicante

- 1.A entidade adjudicante é o Município de Viseu com sede na Praça da República, 3514-501 Viseu, com o numero de telefone 232 427 427, e email www.cm-viseu.pt e uocp@cmviseu.pt.
- 2.O processo de concurso decorre na Unidade Orgânica de Contratação e Logística, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt de acordo com as condições constantes do Programa de Concurso e Caderno de Encargos.

ARTIGO 3º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Exmo. Sr. Vice - Presidente, Eng.º João Paulo Gouveia, em 29/01/2025 no âmbito de competência própria.

ARTIGO 4º

Impedimentos

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no Artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 5º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

- 1.As peças do procedimento, são integralmente disponibilizadas, gratuitamente, na plataforma eletrónica de contratação pública da “Acingov”, disponível no Portal www.acingov.pt e através da qual serão realizadas todas as notificações e comunicações.

2.A participação no concurso, depende de prévia inscrição a ser efetuada no portal www.acingov.pt.

ARTIGO 6º

Preço base

A entidade adjudicante dispõe-se a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, incluindo eventuais prorrogações do mesmo, um valor máximo de € 97.500,00 (Noventa e sete mil e quinhentos euros) acrescido de IVA á taxa legal em vigor.

ARTIGO 7º

Critério de adjudicação e desempate

1.A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada na modalidade prevista na al. b) do nº1 do artigo 74º do Código dos Contratos Públicos, isto é, avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar.

2. Caso de verifique empate das propostas, a proposta vencedora é apurada através de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão notificados aos concorrentes.

ARTIGO 8º

Faturação e condições de pagamento

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, as quantias devidas pela entidade adjudicante, acrescidas do IVA às taxas legalmente em vigor, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas mensais, as quais devem conter o numero sequencial do compromisso.

2. O Adjudicatário deverá emitir faturas em formato eletrónico. Caso cumpra os requisitos da faturação eletrónica estabelecidos no art. 12º do DL 28/2019, de 15 de fevereiro, a faturação deve ser remetida á empresa Saphety através do portal SaphetyDoc, www.saphety.com.

Nos termos do nº4 do artigo 9º do DL nº111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, as micro, pequenas e médias empresas, poderão até 31 de dezembro, proceder ao envio da fatura via CTT para o município de Viseu, Praça da Republica-3514-501 Viseu, ou para o e-mail: au@cmviseu.pt.

4. Em caso de discordância da entidade adjudicante relativamente aos elementos e valores constantes das faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, no prazo de 15 dias, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

5. Desde que devidamente emitidas, as faturas são pagas no prazo referido no n.º 1 por meio de transferência bancária para conta a indicar pelo adjudicatário, ou por outro método acordado.

SECÇÃO II

Propostas

ARTIGO 9º

Prazo de apresentação de propostas

Nos termos estatuídos no artigo 135º do Código dos Contratos Públicos, o prazo para apresentação de propostas é de **9 dias**, a contar da data do envio, para publicação, do anúncio do procedimento, no Diário da Republica, até às 23h59min.

ARTIGO 10º

Pedidos de esclarecimentos

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, através de plataforma eletrónica de contratação pública da “Acingov”, disponível no Portal www.acingov.pt, dentro do primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas, conforme estatuído no nº 1 do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos;
2. A competência para a análise dos pedidos de esclarecimentos caberá ao órgão competente para a decisão de contratar.

ARTIGO 11º

Regras de participação

1. As propostas devem ser apresentadas, na plataforma eletrónica de contratação pública da “Acingov”, disponível no Portal www.acingov.pt.
2. Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo.
3. Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.
4. Os preços, que não devem incluir o IVA, são indicados em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o valor expresso por extenso.
5. Quando existam preços unitários, a proposta deve mencionar que aos mesmos acresce o IVA, indicando a taxa legal aplicável ou a referência ao regime de isenção se for o caso.
6. A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
7. Em conformidade com o artigo 65º do Código dos Contratos Públicos, o prazo de manutenção das propostas é de 66 dias.

ARTIGO 12º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

ARTIGO 13º

Negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

ARTIGO 14º

Documentos da proposta

A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do Anexo I ao CCP nos termos da al. a) do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos.
- b) Proposta formulada nos termos do Anexo A, que se junta. Os concorrentes têm de apresentar a proposta para a execução do objeto do presente procedimento e o preenchimento da lista de preços unitários constantes do ficheiro “Lista Artigos”.
- c) Declaração de Honra do cumprimento do artigo 419º-A do Código dos Contratos Públicos. (Só aplicável às aquisições de serviços nos termos do artigo 451º nº2 do Código dos Contratos Públicos)
- d) Quaisquer outros documentos que o concorrente pretenda apresentar, por os considerar indispensáveis para efeitos do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 57 do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 15º

Modo de Apresentação e entrega das Propostas

1. A proposta e os documentos que a constituem, são apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública da “Acingov”, disponível no Portal www.acingov.pt.
2. A proposta e os documentos que a constituem, devem ser redigidos em Língua Portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, datados e assinados, através de certificado digital qualificado, nos termos do artigo 62º do Código dos Contratos Públicos.

SECÇÃO III

Caução

ARTIGO 16º

Prestação da caução

Não aplicável.

SECÇÃO IV

Declarações e documentos

ARTIGO 17º

Documentos de Habilitação

1. Declaração emitida conforme o Anexo II do Código dos Contratos Públicos, que também se junta, assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, de acordo com a certidão da conservatória do registo comercial.
2. Certidão do Registo Comercial do concorrente ou menção de código de acesso para a sua consulta on-line, nos termos do DL nº76-A/2006, de 29 de março.
3. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.
4. Declaração de Inexistência de Impedimentos conforme Modelo Q em anexo, para cumprimento do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho.
5. Documento comprovativo de registo no RCBE. (Não aplicável a entidades em nome individual, nem a empresas públicas) O incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei nº 89/2017, de 21 de agosto, artigo 37º nº1 al. b), proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto nos artigos 87º -A e 86º nº1 do Código dos Contratos Públicos.
6. Documento com a indicação do IBAN da entidade.
7. Certificação de PME ou outra, para efeitos de faturação eletrónica.
8. Declaração Laços de Interdependência, conforme Modelo em Anexo.

Artigo 18º

Modo e prazo para apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário

- 1-Os documentos de habilitação são apresentados diretamente na Plataforma Eletrónica indicada.
- 2-Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no prazo máximo de 5 dias a contar da data da notificação da adjudicação;
- 3-O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar á caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86º é de 3 dias;
- 4-Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao município de Viseu, o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos estejam redigidos em língua portuguesa.

Artigo 19º

Preço anormalmente baixo

Não aplicável.

Artigo 20º

Contrato reservado

Não aplicável.

Artigo 21º

Tratamento de Dados Pessoais

1-Os dados pessoais a que os concorrentes tenham acesso durante o presente procedimento serão tratados em estrita observância com as regras e normas do regulamento geral sobre a proteção de dados (“RGPD”) – Regulamento (EU) 2016/679 do parlamento e do Conselho , de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e á livre circulação desses dados, da Lei nº58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do RGPD (“LERGPD”), e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, devendo, apos a adjudicação do contrato, ser eliminados todos os dados pessoais a que tenham tido acesso no âmbito do procedimento ou por causa dele, exceto aqueles que possam ser necessários ao cumprimento de obrigações legais.

2-a disposição constante do numero anterior aplica-se a todos os concorrentes que se inscrevem como interessados na proposta e possam ter acesso a informação no âmbito do procedimento.

3- Os concorrentes comprometem-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado no RGPD e LERGPD.

ARTIGO 22º

Legislação aplicável

1. Em tudo o que for omissso no presente Programa de Concurso, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos.

2. À contagem dos prazos previstos no presente Programa de Concurso aplicam-se as regras constantes do artigo 470º e 471º do Código dos Contratos Públicos.

MODELO DE PROPOSTA – Anexo A

(Nome, estado, profissão e morada, e/ou firma e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento a que se refere o Anúncio do Procedimento nº.....publicado no DR/JOUE nº, obriga-se a fornecer os bens/ prestar os serviços, em conformidade com o mesmo, pelo Valor global de..... € (por extenso e por algarismos).

A este valor acresce o IVA à taxa legal em vigor

Prazo de execução

Prazo de manutenção da proposta (Em conformidade com o artigo 65º do Código dos Contratos Públicos)

Data e assinatura

Anexo I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indicacomo endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Modelo Q

Declaração de inexistência de impedimentos

(Declaração para cumprimento do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho)(1)

Nome: _____

número de documento de identificação: _____

morada: _____

na qualidade de Representante Legal(ais) da Firma
_____, NIF _____ no procedimento de
contratação pública _____

Declaro que não me encontro em nenhuma das situações previstas nos números
1 a 5 do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de julho;

(OU)

Indicação da relação em causa, nos termos e para os efeitos previstos nos
números 9 a 11 do artigo 9º da Lei nº52/2019, de 31 de
julho _____

_____, ____/____/____

(1) Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos

Declaração Laços de interdependência

Para os devidos efeitos, a empresa -----
--- com o numero de identificação fiscale sede em -----
----- declara, sob compromisso de honra (1) -----

Por ser verdade se assina a presente declaração

-----, ----- De ----- de 2025

Assinatura

Doc. de Habilitação - Identificar os laços de interdependência dos concorrentes com outras entidades, nomeadamente: a) participação maioritária no capital; b) elementos que impliquem um especial relacionamento entre si, como os que decorrem de partilharem representantes legais ou sócios.